

## UMA ÁRDUA LETRA: AS TENSÕES, AS NEGOCIAÇÕES E O IMPACTO DO MOMENTO HISTÓRICO NA REDAÇÃO DA DECLARAÇÃO NOSTRA AETATE\*



Rodrigo Wolff Apolloni\*\*

Frank Usarski\*\*\*

*Resumo:* Neste artigo, os autores se propõem a historiar o processo redacional da Declaração “Nostra Aetate”, um dos documentos resultantes do Concílio Vaticano II que tem grande importância em relação ao posicionamento da Igreja face às outras religiões e, de modo especial, ao judaísmo. Ao longo do texto, buscou-se identificar o processo de construção do documento, as negociações, idas, vindas, pressões, ameaças e protagonistas, dentre os quais se contam os papas João XXII e Paulo VI, o cardeal Augustin Bea e sua equipe, especialistas religiosos, políticos do Oriente Médio e católicos conservadores que se posicionaram contra as mudanças.

*Palavras-chave:* Concílio Vaticano II, Ecumenismo, Relações Igreja-judeus, Oriente Médio, Antissemitismo.

Neste artigo, vamos examinar a redação da “Declaração sobre as Relações da Igreja com as Religiões Não-Cristãs” *Nostra Aetate*, promulgada em 28 de dezembro de 1965 pelo papa Paulo VI no contexto do Concílio Vaticano II. Um documento sucinto, o mais econômico dentre os 16 prolatados pela Santa Sé no contexto conciliar, mas de extrema relevância, tanto nos elementos a que dá brilho quanto naqueles sobre os quais silencia.

A produção de uma declaração associada a um tema tão delicado – ligado à representação própria da Igreja como detentora de uma verdade religiosa última –, implicou acalorados embates, estudos, reflexões e o exercício de estratégias por parte das diferentes alas do clero e até de atores externos.

\* Recebido em: 08.06.2022. Aceito em: 03.08.2022.

\*\* Doutor em Sociologia pela UFPR. Mestre em Ciências da Religião pela PUC SP. Desenvolve pós-doutorado em História na UFCG. *E-mail:* rwapolloni@gmail.com

\*\*\* Livre docente em Ciências da Religião pela PUC SP. Professor no PPG em Ciências da Religião da PUC SP. *E-mail:* usarski@puccsp.br

Neste artigo, nos propomos a historiar a redação do texto que culminou na declaração *Nostra Aetate*, buscando seus atores e principais pontos de tensão.

## UMA OPÇÃO PAPAL

A inclusão do diálogo entre a Igreja e as demais religiões na pauta do Concílio Vaticano II teve como motivador o papa João XXIII (1881-1963). Ela espelhava sua preocupação em relação às atrocidades recentes contra os judeus, assim como o papel da Igreja. Durante a guerra, o então arcebispo Don Angelo Giuseppe Roncalli havia agido para proteger vítimas de perseguição. Em 13 de junho de 1960, ele se reuniu com Jules Isaac (1877-1963), historiador judeu-francês e organizador da Conferência Internacional de Cristãos e Judeus em Seelisberg, Suíça (1948). Testemunha do horror nazista, Isaac buscou decifrar e superar o antissemitismo, tendo produzido os livros “*Jesús et Israël*” (1948) e “*Genèse de l’antisémitisme*” (1956).

Em seu encontro com o pontífice, ele entregou um memorando em que apelava à Igreja para que reconhecesse a influência da teologia cristã sobre o antissemitismo. Isso levou o papa a encarregar o cardeal alemão Augustin Bea (1881-1968) da supervisão da escrita de um texto oficial sobre o assunto.

A intenção papal ganhou tração na etapa preparatória do Concílio Vaticano II. E foi com a criação do *Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos*<sup>1</sup>, que tinha como missão inicial contatar outras igrejas cristãs e convidá-las a mandar observadores ao Concílio. Em outubro de 1962, esse secretariado foi elevado pelo papa ao status de *Comissão Conciliar*, assumindo o papel de redigir ou participar da redação de quatro textos, dentre os quais a *Nostra Aetate*.

E quem compunha a comissão? Além do Cardeal Bea, seu presidente, foram fundadores o holandês Johannes Gerardus Maria Willebrandts (1909-2006), o francês Jean-Françoise Mathieu Arrighi (1918-1998) e o norte-americano Thomas Stransky (1930-2019). Willebrandts, um defensor histórico da conciliação cristãos-judeus (POORTHUIS, 2012, p. 261-278), era o vice de Bea e o “diretor de operações” do secretariado (WICKS, 2012; 2018). Entre 1956 e 1960, Arrighi tinha sido assistente do cardeal Eugène Tisserant, secretário da Sagrada Congregação para a Igreja Oriental; este, aliás, foi o responsável por sua ida ao secretariado. Já Stransky assumiu a função do arquivista, ao mesmo tempo em que participava na redação da *Nostra Aetate*.

Em setembro de 1960, Bea e Willebrandts expandiram a equipe. Produziram uma primeira lista de candidatos, dentre os quais estava Johnnes Oesterreicher (1904-1993),

---

1 Ao todo, foram criados três secretariados e dez comissões. Coube a esses órgãos sistematizar as mais de duas mil respostas de bispos, autoridades das ordens católicas e das faculdades teológicas consultados pela *Commissio* sobre assuntos merecedores de interesse pelo Concílio.

com quem Willebrands havia conversado antes da fundação do secretariado. Dois outros eram Paul Démann (1912-2005) e Leo von Rudloff (1902-1982). Von Rudloff entrou em 1920 no mosteiro beneditino de Gerleve, Alemanha. Em 1928, tornou-se padre e obteve o título de doutor em Teologia em Roma. Em 1938, mudou-se para os EUA, onde lecionou Teologia Católica no Darlington Seminary, em Nova Jérsei. Em 1950, tornou-se abade da Abadia da Dormição, em Jerusalém, onde tentou criar um lugar para encontros entre cristãos e judeus, sem sucesso. Isso, porém, não o desanimou de sua intenção de aproximar os dois grupos. Em janeiro de 1961, tornou-se membro do secretariado. Em fevereiro, Johannes Oesterreicher começou a atuar como consultor. Um terceiro integrante foi Gregory Baum (1923-2017), que, com von Rudloff e Oesterreicher, formou a subcomissão encarregada da preparação do esquema *De judaeis*, que abordaria os problemas da relação entre a Igreja Católica e os judeus (FRESACHER, 1995, p. 48). Oesterreicher e Baum eram convertidos do judaísmo (CONNELLY, 2007, p. 813-847): o primeiro foi ordenado padre em 1927, mas nunca considerou sua conversão uma ruptura com o judaísmo – ao longo de sua trajetória, havia desempenhado um importante papel de aproximação entre as duas religiões<sup>2</sup>. O segundo nasceu em Berlim, filho de mãe judia e pai protestante, e se converteu ao catolicismo em 1947 no Canadá, para onde sua família fugira em 1940 – mesmo cristão, não considerava o judaísmo uma religião inválida<sup>3</sup>. Outros peritos se juntaram à equipe. Em 1963, os estadunidenses Barnabas Ahern (1915-1995) e John Long (1915-2005), este jesuíta. O primeiro trabalhou principalmente para a comissão mista composta por membros do secretariado e da comissão teológica responsável pela redação da Constituição *Deu Verbum* (RADANO, 2010, p. 19-38). O segundo participou das reflexões sobre as relações entre a Igreja Católica e as igrejas ortodoxas, mas também contribuiu para a redação do parágrafo que trata da postura do catolicismo diante dos judeus.

---

2 Em 1934, lançou o jornal “Die Erfüllung” (“O Cumprimento”), para melhorar a relação cristãos-judeus na Alemanha. Com o mesmo propósito, fundou em Viena o “Pauluswerk” (“Obra de Paulo”). Perseguido, fugiu para Paris em 1938. Em 1953, nos EUA, fundou o Institute of Judaeo-Christian Studies na Universidade Seton Hall. Em 1959, editou o primeiro volume do periódico “The Bridge - a yearbook of Judaeo-Christian studies” (“A Ponte – livro anual sobre estudos Judaico-Cristãos”). Em 1960, recebeu o título de monsenhor.

3 Em 1947, Baum entrou na Ordem de Santo Agostinho e foi ordenado padre em 1954. Na segunda metade dos anos 1950, doutor e professor, focou seu trabalho no antissemitismo e na relação Igreja-judeus. Em 1961, publicou “The Jews and the Gospel” (“Os Judeus e o Evangelho”), em que defendeu as hipóteses de que haveria grande intimidade entre as duas religiões e de que a Igreja seria incompleta se o judaísmo não existisse (POORTHUIS, 2013, p. 317-336, especialmente p. 332; BAUM, 1998, p. 608-635, especialmente p. 610-611).

## ESQUEMAS, DISCORDÂNCIAS E MAIS: OS PASSOS INICIAIS DA REDAÇÃO

Os textos conciliares são resultado de um elaborado processo de interlocução, argumentações e debates, que começa com a elaboração de “esquemas” apresentados à plateia como relatórios (*relatio*) por um porta-voz da comissão responsável pelo tema. Nas discussões, os conciliares podiam sugerir alterações ao texto, os chamados *modi*, que norteavam o trabalho posterior da comissão, que, por sua vez, tinha a tarefa de reeditar o texto e reapresentá-lo à assembleia. Um procedimento moroso, mas que conferiu substância aos textos finais.

A morosidade também pode ser atribuída às posições dos participantes: discordâncias teológicas sobre formulações, interesses políticos díspares quanto aos resultados e consequências práticas das discussões, bem como a interferência de forças externas nas discussões. Os resultados de todos os textos – dentre os quais, o da *Nostra Aetate* – são o próprio retrato dessas refregas, inclusive nas concessões a grupos de interesses (FRESACHER, 1998, p. 48).

Em se tratando das relações Igreja-judeus, não poderia ser diferente. No começo, Agustin Bea e sua equipe não previam os problemas encontrados a partir da segunda sessão do Concílio. Para aquele primeiro momento, porém, já eram muitos os elementos de pressão.

Em uma retrospectiva, Thomas Stransky observou que os meses entre setembro de 1960 e a inauguração do Concílio, em 11 de outubro de 1962, foram talvez mais complicados que os da própria assembleia. Além de “correr” para participar da redação de quatro textos conciliares, a equipe também foi encarregada de fazer o trabalho de relações públicas junto a líderes religiosos em várias partes do mundo, e também de convidar observadores para o Concílio (RADANO, 2010, p. 19-38).

Ao longo do primeiro ano do Concílio, Baum e Osterreicher começaram a elaborar as primeiras versões de um texto sobre as relações catolicismo-judaísmo, que seria o quarto capítulo de um documento mais amplo associado ao ecumenismo.

Do trabalho dos dois especialistas nasceu o esquema *Quaestiones de Iudaeis* (SIEBENROCK, 2009, p. 591-693). O documento foi assim construído: primeiro, eram identificados os problemas teológicos principais e resumidos em esboços específicos, relativamente curtos, que estimulavam reflexões sistemáticas sobre os princípios dogmáticos e as implicações morais e litúrgicas.

O texto foi levado à assembleia geral do secretariado em fevereiro de 1961. O debate, porém, acabou postergado a pedido da maioria até a assembleia seguinte, em abril. Os participantes pediram um estudo adicional sobre alguns dos temas abordados. O processo seguiu entre idas e vindas da comissão para a assembleia ao longo daquele ano.

Em paralelo, porta-vozes do secretariado contataram discretamente judeus para opinar sobre a redação em curso. Em julho de 1961, Augustin Bea reuniu-se em Roma com membros do *American Jewish Committee*, dos quais solicitou um posicionamento diante de efeitos da doutrina e liturgia católica sobre o antijudaísmo. Dessa conversa nasceram três textos focados na urgência do combate ao antissemitismo e na conscientização sobre o impacto negativo de referências pejorativas/condenatórias aos judeus em textos católicos anteriores.

Bea também contactou o *World Jewish Congress*, presidido por Nahum Goldman (1895-1982), e o *B'nai B'rith International*, por meio de Labei A. Katz (1918-1975), um dos seus líderes. Outros nomes importantes foram o cientista da religião Raphael Jehuda Zwi Werblowsky (1924-2015), o historiador suíço Ernst Ludwig Ehrlich (1921-2007), o rabino norte-americano Marc H. Tanenbaum e o rabino ortodoxo norte-americano Joseph Soloveichick (1903-1993). Houve, porém, líderes judeus que se opuseram ao contato – como o rabino ortodoxo lituano-americano Moshe Feinstein (1895-1986), que rejeitou a oferta de um diálogo suspeitando de que se tratasse de uma estratégia proselitista.

No final de 1961, ajustado, o documento recebeu o nome final de *Decretum de iudaeis*, tendo sido aprovado pela assembleia geral do secretariado. Na versão final desse texto já estavam as quatro afirmações que, mais tarde, seriam cruciais nas discussões conciliares (RADANO, 2010 p. 19-38).

O primeiro princípio é o reconhecimento das raízes da Igreja no judaísmo. O *Decretum* expressa gratidão pelos patriarcas e profetas do Israel e mostra consciência de que a Igreja, como “nova criação em Cristo”, é “a continuação espiritual do povo com quem, na misericórdia e condescendência da graça, Deus fez a Antiga Aliança” (DECREE ON THE JEWS, 1961). Ao mesmo tempo, salienta que a Virgem Maria, mãe de todos os cristãos, Jesus e os Apóstolos, nasceram judeus.

A segunda afirmação identificável nas versões nos debates sobre o texto é a rejeição da ideia de que o povo de Israel teria sido “banido por Deus” por sua “responsabilidade coletiva” na morte de Jesus. O *Decretum de iudaeis* argumenta que, embora a maior parte dos judeus tenha ficado separada de Cristo, seria injusto chamar este povo de “amaldiçoado”, posto que é muito amado por Deus conforme as promessas divinas feitas a ele.

O terceiro elemento é a esperança de reconciliação, que, no *Decretum de iudaeis*, se articula na visão de uma futura união da Igreja com o povo judeu. Uma expectativa cristã que, até aquele momento, havia sido apenas parcialmente atendida, pelos judeus que aceitaram Jesus como o Messias.

O quarto aspecto é a condenação do antissemitismo, rejeitado pelo *Decretum* com as seguintes palavras:

*Bem como a Igreja, semelhante de uma mãe, condena mais severamente injustiças cometidas contra pessoas inocentes em todos os lugares, ela levanta sua voz em protesto clamoroso contra todas as injustiças cometidas contra os judeus, seja no passado ou no nosso tempo. Quem despreza ou persegue este povo prejudica a Igreja Católica. (DECREE ON THE JEWS, 1961).*

## TENSÕES E AVANÇOS NA PRIMEIRA SESSÃO DO CONCÍLIO

Maio de 1962: o *Decreto sobre os judeus* é transmitido à comissão central com um pedido de se incluir sua apresentação uma discussão a respeito na pauta da primeira sessão do Concílio. A leitura do texto pela instância superior foi negada, e o presidente da comissão central, Amleto Giovanni Cicognani (1883-1973), informou Augustin Bea sobre a rejeição. Especula-se que, aí, repercutiram as turbulências políticas do chamado “caso Wardi”<sup>4</sup>.

Diante da negativa da Comissão Central, Augustin Bea adotou duas medidas. Primeiro, produziu um artigo sobre a questão do “*assassinato de Cristo* [deicídio] *pelos judeus*” –, uma alegação central no universo do antissemitismo de base cristã.

Trazendo argumentos semelhantes aos de Jules Isaac em “*Jésus et Israël*”, o autor negou a responsabilidade do povo judeu na morte de Jesus, refutando a ideia de sua condenação coletiva. Apresentado ao tradicional jornal “*La Civiltà Cattolica*”, teve sua publicação negada; acabou publicado, com indicação de autoria do colega jesuíta Ludwig Hertling (autor de uma reconhecida “História da Igreja”), em “*Stimmen der Zeit*”, revista alemã publicada desde 1865 pela ordem jesuíta.

A segunda medida foi um relatório sobre os fatos e os problemas apresentado ao papa João XXIII, que, em 13 de dezembro de 1962, divulgou uma carta aberta aos padres conciliares recomendando a inclusão da reconciliação com os judeus na pauta.

João XXIII faleceu no dia 03 de junho de 1963. A respeito de seu papel naquele momento – ao mesmo tempo “intra” e “extra” Concílio –, pensamos que é importante fazer uma referência, ainda que breve, à sua encíclica “*Pace in Terram*”, publicada em 11 de abril de 1963 e que traz um posicionamento firme da Igreja em prol dos direitos humanos. Dirigida a “todas as pessoas de boa vontade” e não apenas aos católicos, a encíclica exorta à paz, valorizando as pessoas, o diálogo

---

4 Em junho de 1962, o Congresso Judaico Mundial anunciou a escolha de Chaim Wardi, funcionário do ministério para questões religiosas do Estado de Israel, como observador não oficial no Concílio. Essa aproximação institucional causou problemas, uma vez que outras organizações judaicas e alguns governos árabes suspeitavam de uma posição pró-reconhecimento do Estado de Israel por parte do Concílio. Essa suspeita ganhava força diante do fato de dois membros do secretariado, os já referidos Oesterreicher e Baum, serem judeus convertidos ao catolicismo.

e a negociação. “O documento oferece quatro linhas principais para proceder pelo caminho da paz. A cardinalidade da pessoa, inviolável em seus direitos; a universalidade do bem comum; o fundamento moral da política; a força da razão e o farol da fé” (TOSATTI, 2013, apud IHU, 2013).

Em setembro de 1963, Paulo VI já era papa. Seguindo o direcionamento de João XXIII (falecido em 03 de junho daquele ano), acrescentou mais um argumento a favor do espinhoso trabalho do secretariado na construção de pontes entre a Igreja e as religiões não cristãs. Em seu discurso na solene inauguração da segunda sessão do Concílio Vaticano (em 29 de setembro), afirmou:

*E a Igreja olha [...] para além dos confins do horizonte cristão [...] e vê essas outras religiões que, conservando o sentido e o conceito de Deus - único, criador, providente, sumo e transcendente - Lhe prestam o culto com atos de sincera piedade e fundamentam nessas crenças e práticas os princípios da vida moral e social. Certamente, a Igreja Católica descobre, não sem sofrimento, lacunas, insuficiências e erros em tantas expressões religiosas. Mas não pode deixar de dirigir, também a elas, o seu pensamento, para lhes recordar que por tudo o que têm de verdadeiro, e de bom e de humano, ela tem o merecido apreço. (PAULO VI, 1963).*

Com essas palavras, o pontífice indicava não apenas que a questão do diálogo inter-religioso ia além do interesse de alguns componentes do clero, mas que ela também se estendia para além da relação entre católicos e judeus.

Fortalecido pelo apoio papal e insistindo no esquema recusado pela Comissão Central, Bea e sua equipe retomaram a redação, trabalhando com os argumentos polêmicos nascidos da leitura conciliar do *Decretum de iudaeis* entre a primeira e segunda seção do Concílio. A nova versão, intitulada *De catholicorum habitudine ad non-christianos et máxime ad iudaeos*, trazia ajustes e uma apreciação breve das religiões não cristãs.

Em março de 1963, o texto foi aprovado pela assembleia geral do secretariado. Naquele momento, o tema ganhava tração no cenário europeu por conta da estreia, em Berlim, da peça “*Der Stellvertreter*” (“O Vigário”), do dramaturgo alemão Rolf Hochhuth (1931-2020). Nela, questionava-se o suposto silêncio do papa Pio XII diante do nazismo e da Shoah. A Igreja viu-se, então, ainda mais premida a tratar da questão de suas relações com os judeus.

A comissão central recebeu esse documento no prazo. Sua transmissão à assembleia ecumênica, porém, demorou mais de um mês, e o texto chegou apenas em 8 de novembro de 1963 aos padres conciliares. Onze dias depois, o cardeal Bea apresentou o texto *De catholicorum habitudine ad non-christianos et máxime ad iudaeos* ao auditório geral, frisando que os padres conciliares iriam discutir um tema apontado pessoalmente pelo papa João XXIII.

Nessa apresentação, concentrou-se em aspectos teológicos, salientando o objetivo de correção da imagem distorcida dos judeus por parte dos cristãos, assim como de referências bíblicas errôneas, fomentadoras do antissemitismo ao longo do tempo e usadas, inclusive, por grupos políticos recentes (como o nacional-socialista). Em sua fala, Bea antecipou ainda as críticas que viriam das igrejas orientais unidas a Roma, que temiam repressões governamentais contra cristãos em países de maioria muçulmana; diante disto, frisou o caráter religioso e não político do texto.

Vale observar que o texto, a despeito de indicar “não cristãos” em seu título (na expressão “*habitudine ad non-christianos*”), se referia apenas aos judeus. E ele seguiu a argumentação presente no *Decretum de iudaeis* em vários aspectos. A começar lembrando com gratidão as origens da Igreja no judaísmo:

*O povo da nova Aliança não pode esquecer que é a continuação deste Povo com o qual outrora Deus, em sua inefável misericórdia, se dignou estabelecer a antiga Aliança. A Igreja não esquece jamais que deste povo nasceu o Cristo segundo a carne; nasceu a Mãe de Cristo, a Virgem Maria; e nasceram os Apóstolos, fundamentos e colunas da Igreja.*

O texto também repele a acusação do deicídio e suas supostas consequências atribuídas em bloco ao povo do Israel:

*Seria uma injustiça chamá-lo de povo maldito [...] ou de povo deicida, porque todos os pecados dos homens foram a causa da Paixão e morte de Jesus Cristo [...]. A morte de Cristo não foi causada por todo o povo vivo então e menos ainda pelo povo de hoje.*

O texto manifesta ainda a esperança de união entre cristãos e judeus a partir do amor universal de Jesus, que seria capaz de “*reconciliar toda a terra*”. Por fim, destaca a posição da Igreja em relação às perseguições e outras atrocidades contra os judeus:

*a Igreja reprovava severamente as injustiças cometidas contra os homens em toda parte, assim também ela deplora maternalmente e condena mais ainda os ódios e as perseguições contra os judeus, perpetrados outrora em nosso tempo.*

Em seu parágrafo final, propõe uma aproximação mútua entre as duas religiões a partir de estudos teológicos conjuntos e fraternos (PORTO, 1984, p. 28-30).

Se, por um lado, foram poucos os padres conciliares que protestaram contra a inclusão do tema, pedindo sua retirada da pauta – incluindo os já citados padres orien-



tais, por receios em relação a seus próprios fiéis em países de maioria muçulmana –, por outro houve protestos mais agudos em relação a outros aspectos. Entre eles, estavam o exclusivismo em relação ao judaísmo, a necessidade de se incluir o islamismo em um mesmo status e, também, a mudança de foco do judaísmo para uma categoria universal de religiões não cristãs. E, ainda, uma crítica à inclusão de uma discussão inter-religiosa (catolicismo-judaísmo) em um contexto de ecumenismo, termo mais associado a discussões intra-religiosas (entre diferentes correntes cristãs).

A grita foi tão intensa que *De catholicorum habitudine ad non-christianos et maxime ad iudaeos* não foi votado no tempo restante da segunda sessão conciliar.

Os primeiros três capítulos do esquema sobre o ecumenismo foram sujeitos à votação, permanecendo o quarto em suspenso graças a uma dupla interpretação. Por um lado, havia a possibilidade de sua leitura e publicação como algo à parte, graças à sua relevância temática. Por outro, o silêncio poderia indicar uma tentativa de forçar seu esquecimento durante o período intercalar.

Preocupado com os possíveis desdobramentos da segunda sessão do Concílio, Augustin Bea pediu aos padres que enviassem por escrito, até 31 de janeiro de 1964, seus apontamentos sobre o esquema *De catholicorum habitudine*.

#### A EVOLUÇÃO DO ESQUEMA NO PERÍODO INTERVALAR E NA TERCEIRA SESSÃO CONCILIAR

A realização do Concílio Vaticano II, em especial o período situado entre o período intercalar e a terceira sessão conciliar, marcou, também, um período histórico crítico para o Oriente Médio. Era um tempo de Guerra Fria, crescimento do nacionalismo árabe e exacerbamento das tensões com o Estado de Israel, que desaguarda nas guerras dos Seis Dias (1967) e do Yom Kippur (1973).

Pois, naquele período, Paulo VI anunciou uma viagem de peregrinação à Terra Santa, que ocorreu entre 4 e 6 de janeiro de 1964. Graças às polêmicas conciliares, esse empreendimento se tornou ainda mais arriscado.

Nesse contexto, é possível afirmar que, se o texto *De catholicorum habitudine ad non-christianos et maxime ad iudaeos* tivesse sido votado e aprovado em 1963, a presença papal em Israel e na Jordânia tornar-se-ia mais arriscada. A esse respeito, Brechenmacher (2005, p. 262-263) especula sobre uma possível conexão entre esses planos de viagem e o adiamento da votação sobre o decreto.

Na Terra Santa, em seus discursos, o papa não abordou o Estado de Israel, a postura de Pio XII diante da Shoah ou o papel histórico da Igreja na perseguição aos judeus. Por outro lado, fez questão de dialogar tanto com judeus quanto com árabes; em sua fala na basílica da Natividade, em Belém, dirigiu-se aos seguidores de uma “religião monoteísta”, o que abarcava as três religiões do Livro.

Meses mais tarde, na sua mensagem *Urbi et Orbi* de Páscoa (de 29 de março de 1964), referiu-se à existência de um “raio de sol” em todas as religiões, que, embora superado pelo brilho da sabedoria cristã, deveria ser reconhecido pelos católicos como valioso.

Suas atitudes, porém, iam além de palavras. Em 17 de maio de 1964, ele criou o *Secretariado para os Não Cristãos*, presidido pelo cardeal Paolo Marella (1895-1984), uma instituição intimamente ligada, em ideias e missão, à equipe de Augustin Bea. Algo que ficou mais patente anos mais tarde, quando ela mudou seu nome para *Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso* (1988). Formalmente, era uma unidade independente do Concílio Vaticano II; mas, havia surgido na mesma “vibração” e em harmonia com as aspirações cada vez mais evidentes do Concílio (BORRMANS, 2010, p. 24-55).

Um segundo fato relevante foi o lançamento da Encíclica *Ecclesiam Suam* (6 de agosto de 1964). Nela, Paulo VI usou a metáfora de três círculos concêntricos que se relacionam em diferentes graus de proximidade com a Igreja Católica, situada no centro da imagem:

*Existe um primeiro, imenso círculo, de que não conseguimos descortinar os limites, pois se confundem com o horizonte. Dentro, está a humanidade toda, o mundo. Medimos a distância entre nós e ele, mas de nenhum modo nos sentimos desinteressados. Tudo o que é humano nos diz respeito. Temos, de comum com a humanidade inteira, a natureza, isto é a vida, com todos os seus dons e problemas. Comungamos de bom grado nesta primeira universalidade, aceitamos as exigências profundas das suas necessidades fundamentais, aplaudimos as afirmações novas e por vezes sublimes do seu gênio. (PAULO VI, 1964).*

A Igreja, na posição central, se conecta com as religiões localizadas no segundo círculo, apresentadas em uma escala a partir do conceito dos “crentes em Deus”:

*Ocupam-no, primeiramente, os homens que adoram o mesmo Deus único e supremo que nós adoramos, aludimos aos filhos do povo hebraico, dignos do nosso respeito afetuoso, fiéis à religião que nós chamamos do Antigo Testamento. E, depois, os adoradores de Deus segundo o conceito da religião monoteísta, especialmente da muçulmana, dignos de admiração pelo que há de verdadeiro e de bom no culto que prestam a Deus. Seguem-se os adeptos das grandes religiões afro-asiáticas. Não podemos, é claro, compartilhar essas várias expressões religiosas, nem podemos diante delas ficar indiferentes, como se todas, equivalendo-se mais ou menos, dispensassem os seus fiéis de investigar se Deus revelou a forma, infalível, perfeita e definitiva, como quer ser conhecido, amado e servido. E, por dever de lealdade, devemos manifestar que estamos certíssimos*

*de que uma só é a religião verdadeira, a cristã; alimentamos a esperança de que a venham a reconhecer como tal, todos os que procuram e adoram a Deus. (PAULO VI, 1964).*

No terceiro círculo, na vizinhança imediata do centro, residem os cristãos de outras igrejas, abraçados pela Encíclica como “irmãos separados”.

Nota-se, então, o olhar diferenciado com relação aos judeus, apontados como especialmente próximos à Igreja, e uma abertura às demais religiões. Um olhar, de resto, sustentado com coragem: naquele contexto, o papa foi procurado pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser (1918-1970), que prognosticou riscos aos católicos e à Igreja caso o Concílio lançasse uma declaração sobre o judaísmo. Meses mais tarde, em outubro de 1964, a ameaça foi repetida (Brechenmacher, 2005, p. 263-268).

Ainda assim, Augustin Bea e sua equipe esforçavam-se para avançar na redação do documento relativo aos judeus e às demais religiões não cristãs. O aprofundamento dos questionamentos e das polêmicas os levou a buscar apoio em especialistas até então não acionados. Entre eles, o dominicano egípcio Georges Chehata Anawati (1905-1994), especialista em islã e fundador do *Instituto Dominicano para Estudos Orientais* (IDEO) no Cairo, e o padre francês Joseph M. Cuoq (1917-1986), missionário em África e especialista no islamismo naquele continente.<sup>5</sup>

Além de Anawati e Cuoq, outros especialistas foram acionados. Entre eles, destacam-se Pierre Duprey (1922-2007) e Jean Corbon (1924-2001); o primeiro, especialista nas igrejas orientais e, durante o Concílio, intermediador do contato conciliar com os observadores da Igreja ortodoxa; o segundo, um padre maronita e especialista na situação multirreligiosa no Líbano, sua pátria de eleição.

Outro personagem importante, este na esfera política, foi o cardeal austríaco Franz König (1905-2004), cuja influência se fez sentir em vários documentos conciliares, inclusive na *Nostra Aetate*. Há, por exemplo, uma história – não confirmada – de que ele teria “resgatado” a declaração. Segundo algumas testemunhas, para superar a resistência contra o texto, ele teria convocado um círculo de teólogos para uma reunião privada, na qual sugeriu que todas as religiões deveriam ser contempladas no documento. Esse teria sido o primeiro passo na promulgação da *Nostra Aetate* (JAHR DES GLAUBENS, 2012).

---

5 Em outubro de 1961, Cuoq mudou-se para Roma, onde trabalhou na Congregação para as Igrejas Orientais (Congregatio de Propaganda Fide pro negotiis ritus orientalis). Como o tema islã cresceu na agenda conciliar, o Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos intensificou seus contatos com Cuoq, que contribuiu para a redação do trecho sobre a religião (BORELLI, 2012).

## A terceira sessão do Concílio

A terceira sessão do Concílio teve início em 14 de setembro de 1964, e uma das primeiras tarefas dos padres conciliares foi analisar e votar partes do esquema *De Ecclesia [Lumen Gentium]*. Esse esquema se posiciona construtivamente face às religiões não cristãs, replicando a lógica da encíclica *Ecclesiam Suam* – apresentada na “metáfora dos círculos concêntricos” por Paulo VI.

Nessa metáfora, os judeus surgem como o povo ao qual foram concedidas por Deus a aliança e a esperança, e “*do qual nasceu Cristo segundo a carne*”. Na sequência aparecem os muçulmanos, que compartilham com os cristãos e os judeus a fé no único Deus. No terceiro círculo estão os povos “*que buscam, na sombra e em imagens, o Deus que ainda desconhecem*”.

Embalado pelo debate relacionado ao esquema *Lumen Gentium*, em 25 de setembro o cardeal Bea apresentou um relatório com os passos dados em relação ao documento no período intercalar. As mudanças apareciam já no título, que indicava esforços redacionais rumo a uma versão mais “avançada”.

A declaração alterava *De iudaeis et de non christianis*, que seguia imaginada como um apêndice ao esquema sobre o ecumenismo, e era o resultado das intervenções mandadas para o secretariado depois dos debates durante a sessão anterior.

O texto, focado majoritariamente na relação entre judeus e cristãos, manteve a maioria dos trechos das versões anteriores, com diferenças em três pontos: a) - a omissão do conceito do deicídio; b) - a contextualização do antissemitismo como parte do fenômeno mais geral da discriminação por razões étnicas, sociais ou religiosas; e c) - além do judaísmo e do islã, a alusão à dignidade de outras religiões da humanidade.

O texto volta a reforçar que o cristianismo seria impensável sem os patriarcas e profetas do Israel, assim como sem e a relação especial entre Deus e os judeus: “*como povo da Nova Aliança, a Igreja nunca esquecerá que ela é a continuação do povo com o qual Deus, na sua graça inefável planejou entrar na Antiga Aliança e que escolheu para confiar-lhe a revelação contida nos livros do Antigo Testamento*”. O documento lembra, então, a origem judaica de Cristo e dos demais personagens fundantes da Igreja.

Se, nas versões anteriores, havia uma referência à acusação e à condenação do povo judeu por deicídio, ela, agora, era substituída pela exigência aos católicos de não ver ou apresentar os judeus “*como uma nação rejeitada, quer na catequese, na pregação da Palavra de Deus ou na conversação diária. [...] De igual modo, todos devem estar em guarda para não imputar aos judeus do nosso tempo o que era perpetrado na Paixão de Cristo*”.

Na medida em que ambas as religiões compartilham uma herança comum, a nova versão do documento recomendava, ainda, “*a compreensão e apreciação mútua, a se-*

*rem obtidas pelo estudo teológico e discussão fraterna”. Ao mesmo tempo, repetia que “a união do povo judeu com a Igreja é uma parte da esperança cristã. Nesse sentido, [...] a Igreja espera com fé inabalável e com o desejo ardente da entrada desse povo para a plenitude do povo de Deus estabelecido por Cristo”.*

A apreciação de fatores positivos associados, inicialmente, aos judeus e muçulmanos passa, agora, a albergar outras partes da humanidade, o que faz com que a Igreja considere os pontos de vista e doutrinas de outros povos, que, apesar de divergir em muitos pontos da fé católica, representam “*o raio daquela verdade que ilumina cada pessoa que nasce neste mundo*”.

Em seu parágrafo final, o texto afirma que a Igreja “*desaprova qualquer mal infligido a seres humanos em todos os lugares*”, inclusive “*o ódio e maus-tratos de judeus*” bem como “*qualquer teoria ou prática que conduza a uma discriminação entre indivíduos ou entre nação e nação*”. E apela a “*todas as pessoas de boa vontade e aos cristãos, em particular, [de] abster-se de qualquer discriminação ou abuso de seres humanos em razão da sua raça, cor, condição social ou religião*”.

No campo da política internacional, o documento e o Concílio seguiam provocando celeumas. No mundo árabe – em efervescência por conta da questão palestina e em vias de entrar em guerra com o Israel –, o texto foi visto como uma manifestação clara da legitimação do Estado judeu.

Essa mensagem, aliás, chegou de representantes de altos postos em governos de países de maioria muçulmana: em 30 de setembro de 1964, o primeiro-ministro da Síria, Salah al din Bitar, afirmou que não se trataria de um documento puramente religioso e que mostraria ambições políticas pró-Israel do Vaticano. Em 12 de outubro, em uma visita oficial a Paulo VI, o presidente Sukarno, da Indonésia, afirmou que, se o documento sobre os judeus passasse, o Vaticano teria que fechar todas as missões diplomáticas em países árabes.

Ao mesmo tempo, a Alta Comissão Árabe, órgão político central da comunidade árabe do Mandato da Palestina, decidiu enviar uma delegação ao papa para protestar contra o que seus componentes viam como esforços do Concílio no sentido de tomar partido de Israel em relação às disputas geopolíticas na Terra Santa.

Diante dessa situação, membros do secretariado viajaram para o Oriente Médio, para uma rodada de apresentações do texto a cristãos orientais e a muçulmanos. Aqui, mais uma vez, o cardeal König contribuiu para o avanço do documento: a pedido de Paulo VI, no dia 03 de dezembro de 1964 presidiu um diálogo inter-religioso durante o Congresso Ecumênico Mundial em Bombaim (KÖNIG, 2006, p.129 ss).

Mesmo forças favoráveis ao texto, porém, acabaram contribuindo para gerar problemas: foi o que aconteceu com Abraham Joshua Heschel, porta-voz do *Jewish Theological Seminary of America*, que, após uma audiência com o papa, declarou em

uma entrevista que as atualizações no esquema sobre o judaísmo seriam feitas pelo secretariado segundo suas recomendações. A afirmação “falou diretamente” aos adversários do trabalho de Augustin Bea, fortalecendo a tese de que ele estava sendo vítima de uma conspiração. Diante disso, o secretariado suspendeu a colaboração de Heschel (KAPLAN, 2009, p. 261-275).

Outro problema surgiu quando o secretário geral do Concílio, Pericle Felici (1911-1982), questionou indiretamente a competência de Bea, ao sugerir a criação de uma comissão alternativa de redação cujo resultado deveria ser incorporado à Constituição Dogmática sobre a Igreja (*Lumen gentium*). A proposta não vingou.

Mesmo com esses atritos, o debate conciliar sobre a *Declaratio altera, De iudaeis et de non christianis* avançou. Os críticos à versão em debate vinham, essencialmente, de duas vertentes. A primeira, de patriarcas e bispos católicos de países majoritariamente muçulmanos.

O patriarca da Igreja greco-católica melquita, Maximos IV Saigh (1878-1967), o patriarca da Igreja copta, Stéphanos I Sidarouss (1904-1978), e o patriarca da Igreja católica siríaca, Ignatius Gabriel I Tappouni (1879-1968), reforçaram uma preocupação acerca da segurança de suas comunidades diante de uma posição favorável da Igreja em relação ao judaísmo (e, de forma reflexa, ao Estado de Israel).

As implicações políticas, observaram, colocariam em risco o destino de cerca de 3,5 milhões cristãos no Oriente Médio. E eles não mostravam uma preocupação vã. Efetivamente, os governos do mundo árabe promoveram campanhas diplomáticas e de mídia contra a promulgação de um texto referido como “pró-judaico”.

Entre os argumentos utilizados, estavam, por exemplo, o de que o documento não era teológico, mas político, e o de que o Vaticano conspirava tacitamente com organizações judaicas para o reconhecimento do Estado de Israel. Uma tal configuração traria consequências nefastas aos muçulmanos, como, por exemplo, a internacionalização total de Jerusalém (inclusive de seu centro histórico, à época sob a administração jordaniana) e a legitimação à opressão do povo palestino.

Diante dessa “catástrofe anunciada” – ou seja, da promulgação de uma declaração “pró-sionista” pelo Vaticano –, os governos dos países árabes seriam forçados retaliar os cristãos e suas igrejas em seus territórios. Entre elas, o veto a iniciativas cristãs, a cassação de privilégios para escolas católicas e o bloqueio de pedidos para a construção de novas igrejas.

Assim, para equilibrar os pratos na relação entre Igreja, judeus e muçulmanos, os líderes religiosos católicos dos países de maioria muçulmana solicitaram que o documento incluísse afirmações mais explícitas sobre o Islã.

O novo esquema *De Ecclesiae habitudine ad religiones non christianas* foi distribuído aos padres conciliares em 18 de novembro de 1964 como um texto independente, desvinculado do esquema sobre o ecumenismo. O preâmbulo, os quatro

parágrafos e o conteúdo apontavam para a versão definitiva da Declaração (SOBRE JUDEUS E NÃO CRISTÃOS, 1964).

A nova versão mantinha as referências ao judaísmo, ao islã e a “outras religiões não cristãs”, acrescentando hinduísmo e budismo. Outra diferença importante: a formulação “decido”, que fora suprimida na *Declaratio altera*, voltou a aparecer no esquema de 18 de novembro.

O preâmbulo salientava a crescente aproximação e convivência dos diferentes povos. Nessa constelação, a Igreja se sentia incentivada a refletir sobre sua relação para com as religiões não cristãs. Segundo o documento, os povos vêm da mesma origem e constituem uma comunidade. Os seres humanos são afligidos pelas mesmas questões existenciais e, diante da providência e da bondade universal de Deus, compartilham o mesmo destino espiritual.

Partindo dessas considerações, o segundo parágrafo se inicia com uma contemplação indiferenciada das religiões de numerosos povos, que, desde a Antiguidade, “*tiveram uma certa percepção daquela Força oculta que paira sobre o curso das coisas e sobre os acontecimentos de vidas humanas*”.

Observando que os conceitos religiosos variavam segundo o estágio evolutivo de cada cultura, o documento avançava para a primeira religião não cristã explicitamente mencionada, o hinduísmo. Que era apreciado, no texto, pela riqueza de mitos e abordagens filosóficas, bem como sua procura da liberdade das aflições humanas “*por meio de métodos ascéticos, a meditação profunda e o retiro em Deus, cheio de amor e confiança*”. O budismo, outra das religiões incluídas no texto, foi saudado por sua ideia de superação da insuficiência do mundo relativo em um estado da mente da tranquilidade constante.

Diante dessas aspirações, assim como as semelhantes encontradas em “*outras religiões, em todos os lugares na terra [...] a Igreja Católica não rejeita nada nessas religiões que é verdadeiro e santo*”.

Segue o texto: apesar de se sentir chamada a “*proclamar Cristo como o caminho, a verdade e a vida*”, a Igreja considera com “*sincera reverência*” as tendências, preceitos e ensinamentos, uma vez que refletem “*um raio daquela Verdade que ilumina todos os seres humanos*”. Nesse sentido, a Igreja insta os católicos “*a conversar e colaborar com os seguidores de outras religiões a fim de preservar, na verdade, para avançar, os bens espirituais e morais, bem como os valores socioculturais*” defendidos por crentes de outras tradições.

O terceiro parágrafo trata dos muçulmanos e no respeito que lhes é devido por sua fé monoteísta e sua obediência incondicional à vontade divina segundo o modelo de Abraão. O documento não omite o fato de que, para os muçulmanos, Jesus não tem status divino. Ao mesmo tempo, menciona como positivo seu reconhecimento como “profeta”. Algo semelhante vale para a estima de Maria como mãe de Jesus.

O texto destaca, também, os esforços morais dos muçulmanos e as observâncias da oração, da esmola e do jejum. O item termina com a lembrança dos mal-entendidos e hostilidades entre as duas religiões no passado, apelando para a compreensão mútua, tendo em vista ações conjuntas para promover *“a justiça social, os valores morais, bem como a paz e a liberdade”*.

O quarto parágrafo, que foca na relação da Igreja com os judeus, volta a afirmar os vínculos entre a Nova e a Antiga Aliança, de acordo com o projeto salvífico divino, e as promessas nunca abandonadas por Ele, a despeito de *“uma grande parte dos judeus não ter aceito o Evangelho”*. Por conta das dimensões do patrimônio espiritual que é compartilhado pelas duas religiões, o Concílio recomenda o conhecimento mútuo por meio de estudos bíblicos e teológicos, bem como por meio de diálogos fraternos.

Rejeitando todo tipo de injustiça, a Igreja condena o ódio e as perseguições aos judeus em qualquer tempo, e indica que devem ser evitados quaisquer discursos, no contexto da religião, que pudessem semear sentimentos negativos nos corações dos cristãos, caracterizando a outra comunidade como um povo *“rejeitado, maldito ou culpado de deicídio”*.

O texto segue observando que os fatos relativos à paixão de Cristo *“não podem ser atribuídos a todo o povo vivo na época, muito menos ao de hoje”*, inclusive pelo fato de a Igreja ensinar que o sofrimento de Cristo e sua morte ocorreram *“livremente, por causa dos pecados de todas as pessoas e fora do amor infinito”*. E complementa: *“portanto, a pregação cristã é proclamar a cruz de Cristo como um sinal de amor universal de Deus e como a fonte da qual brota toda a graça.”*

Em seu tópico final, o texto aborda a fraternidade universal: uma vez que os seres humanos foram criados à imagem de Deus, a Igreja reza para o *“Pai de todos”*. Diante disso, não há espaço para discriminações por conta de raça, cor, credo ou estilo de vida. E o Concílio, seguindo os passos dos apóstolos São Pedro e São Paulo, apela aos fiéis para que contribuam para *“relações amistosas entre as nações”* e para *“viver em paz com todos”*.

### **A votação do esquema**

O esquema foi votado – na verdade, por três vezes – no dia 20 de novembro de 1964. A primeira votação teve como objeto os primeiros três parágrafos da declaração. Ao todo, 1838 padres aprovaram os parágrafos (*placet*), 136 votaram contra (*non placet*) e 13 tiveram seus votos invalidados. Na segunda votação, relativa ao parágrafos quatro e cinco, houve 1770 votos a favor, 185 contra e 14 nulos. A terceira e definitiva votação teve como objeto a íntegra da declaração. Nela, 1651 votantes aprovaram a forma apresentada, 242 aprovaram



com a realização de modificações pontuais (*placet iuxta modum*), 99 reprovaram e 14 tiveram seus votos invalidados.

Em virtude das críticas indicadas pelos votos total ou parcialmente desfavoráveis – que, no caso da terceira votação, representaram 17% do total de votos, contra 82,30% dos votos totalmente favoráveis (e 0,69% nulos) –, o texto foi devolvido ao secretariado para que seus componentes fizessem uma última rodada de ajustes durante o período interseccional.

#### A ESCRITA FINAL E A ETAPA DE APROVAÇÃO

A votação francamente favorável ao texto da declaração *De Ecclesiae habitudine ad religiones non christianas* não foi suficiente para sua aprovação na fase final da terceira sessão conciliar. Além de “voltar à prancheta” para rever o texto, o secretariado seguiu vivendo as mesmas tensões das etapas anteriores. Os agentes dessas tensões também eram os mesmos: o cenário internacional, a situação das minorias cristãs em países muçulmanos, as matérias sensacionalistas nos jornais e a posição dos padres conciliares conservadores. Assim, os membros da equipe precisaram refinar ainda mais o texto, em busca de um texto conciliador. Isso não seria fácil.

No início de dezembro de 1964, as pressões se acentuaram. Paulo VI embarcara para Bombaim, onde presidiu o Congresso Eucarístico Internacional. Durante a viagem, fez uma escala em Beirute, onde foi recebido pelo presidente da república do Líbano, Charles Helou. Cristão maronita, Helou fora encarregado pela Liga Árabe de informar o papa sobre as críticas do mundo árabe em relação ao documento em produção. O presidente pediu que o texto fosse suspenso até o fim do conflito político na região, tendo informado o papa a respeito das represálias aos cristãos em caso de não atendimento da demanda.

Essa foi apenas a mais visível de uma série de pressões. Durante o período intercalar, diplomatas de países muçulmanos no Vaticano – sobretudo os de Jordânia, Líbano, Egito e Síria – não perderam oportunidade de protestar formalmente (MENGOD, 2011, p. 37-38). Esses protestos refluíram especialmente sobre os padres conciliares oriundos dos países de maioria islâmica, que já se haviam mostrado preocupados por eventuais consequências de uma declaração “pró-Israel”.

Houve, evidentemente, ações dos defensores da declaração. Entre elas, a palestra que o cardeal König ministrou em 31 de março de 1965 na universidade Al-Azhar, no Cairo, com foco no monoteísmo nos tempos atuais. Nela, o religioso buscou uma aproximação máxima entre o cristianismo e o islã. Na época atual, pontuou, os maiores desafios residiriam no ateísmo promovido pelo marxismo ou pela cosmovisão científica. Nesse sentido, ambas as religiões estavam na mesma situação e deveriam colaborar para superar os riscos. De modo geral, os países islâmicos reagiram positivamente a esse discurso (KÖNIG, 2006, p. 114 ss).

## Deicídio e conspiração: o “fogo amigo” conservador

Alguns dos opositores mais ferrenhos do texto que se desenhava eram padres conciliares associado ao movimento *Coetus Internationalis Patrum*, conservador. Ao longo do Concílio, eles haviam articulado uma oposição às suas principais decisões (BEOZZO, 2001, p. 154-156).

O grupo reunia cerca de uma dúzia de sacerdotes, mas era ruidoso. Entre eles estavam o arcebispo brasileiro Geraldo Proença Sigaud (1909-1999), o arcebispo francês Marcel Lefebvre (1905-1991) e o bispo italiano Luigi Carli (1914-1986). A maior parte pertencia a países de língua românica, mas havia alguns de países orientais, como o patriarca da Igreja católica siríaca, Ignatius Gabriel I Tappouni, o patriarca católico armênio, Ignatius Bedros XVI Batanian (1899-1979), do Líbano, e o patriarca da Igreja copta, Stéphanos I Sidarouss (1904-1987). Em suas reuniões, eles reuniam cerca de oitenta pessoas.

Apesar de seu tamanho e do relativo isolamento em meio aos padres conciliares, o grupo gerou impacto. Inclusive, porque possuía um *mailing* que lhe permitia enviar comunicados para uma lista de cerca de oitocentos destinatários (O’MALLEY, 2008, p. 73).

Em suas manifestações, os conservadores eram ferozes. Um exemplo aparece no documento *Suggestiones circa suffragationes mox faciendas de Schemate: “De Ecclesiae habitudine ad religiones non christianas”*, que apelou aos padres conciliares para se posicionarem contra o esquema. Eles apontavam que absolver os judeus da acusação de deicídio era um erro; outro erro seria a omissão da distinção de categorias entre a “Antiga Aliança” e a “Nova Aliança”. Segundo sua visão, a “Nova Aliança”, cristã e católica, representaria o novo “Povo de Deus”, excluindo automaticamente a “Antiga Aliança” e, por conseguinte, os judeus de um paradigma de salvação.

Os conservadores também se opunham à forma como a questão do diálogo e do anúncio do Evangelho era trazida, uma vez que ela diluiria a “Verdade” trazida pela Igreja ao aproximá-la das verdades de outras religiões. Com isso, o texto enfraqueceria o ímpeto missionário católico (CALDEIRA, 2009, p. 223-224).

Durante a quarta sessão, percebia-se um consenso crescente em relação ao acerto de uma declaração sobre o judaísmo e sobre outras religiões. O que despertou reações nervosas dos opositores, materializadas, por exemplo, nos artigos e panfletos (PORTO, 1984, p. 72-73) que clamavam pela manutenção da antiga ordem e pelo reavivamento das antigas aversões aos judeus; segundo esses discursos, eles próprios haviam dado causa ao ódio e às perseguições que lhes eram dirigidos.

Foi o caso da brochura “*O problema del Judaísmo ante el Concilio Vaticano II*”, de Luigi Carli (1914-1986), porta-voz do *Coetus Internationalis Patrum* a partir

da terceira sessão conciliar. Nela, ele apontava uma postura supostamente tendenciosa do Vaticano na divulgação do tema, clamando ainda por uma exegese mais detalhada de aspectos como a acusação de deicídio feita ao povo judeu e de sua salvação apenas mediante a conversão<sup>6</sup>. O autor e seu grupo, naquele momento, buscavam minar os avanços até então conquistados pelo outro lado – em um momento em que ainda se podia modificar o resultado final.

O jornalista francês e ensaísta católico Léon de Poncins (1897-1975) foi outro personagem importante na investida conservadora sobre a declaração. Um feroz defensor da teoria conspiratória anticristã que unia judeus e maçons<sup>7</sup>, ele tomou para si a missão de “salvar a Igreja”. Em outubro de 1965, antes da votação final sobre a *Declaração*, ele foi pessoalmente para Roma e distribuiu para mais de dois mil padres conciliares e personalidades um panfleto intitulado *Le Problème Juif face au Concile* (PONCINS, 1965).

Nele, resumiu o papel e os argumentos de Jules Isaac e outros pensadores judeus para preparação e redação do documento conciliar. Argumentou que a maioria dos padres conciliares desconhecia a verdadeira essência do judaísmo e que, ignorante das questões religiosas, deixar-se-ia influenciar pelos apelos humanitários astutamente articulados pelos porta-vozes do judaísmo internacional e pela mídia favorável aos interesses judeus. O que parece o trabalho redacional de um grupo de teólogos católicos seria, na verdade, a obra de Jules Isaac ou de personagens como Label Katz, presidente de B'nai B'rith, e Nahum Goldman, presidente do Congresso Judeu Mundial (PONCINS, 1965 p.10).

Do ponto de vista dos padres conciliares, advertia, as exigências dos pensadores judeus valeriam mais que os ensinamentos dos evangelistas, dos pais da Igreja e dos grandes teólogos do passado (Ibid., p.130). Nesse contexto, “ecumenismo” seria um rótulo para incentivar uma reconsideração perigosa da teologia católica tradicional sobre o judaísmo, inclusive a doutrina que afirmava uma ruptura completa, irreduzível e eterna entre o Judaísmo e o Cristianismo. As religiões, enfim, seriam antagônicas (Ibid., p. 111 ss) e irreconciliáveis.

---

6 Carli não abriria a mão a sua convicção de que o povo judeu na época de Jesus fora coletivamente responsável pela morte de Cristo. Isso valeria apesar a ação em si ter sido cometido por apenas um grupo menor, uma vez que o último era democraticamente eleito e representava a totalidade da população. Além disso, o julgamento contra Jesus foi feito em nome da lei mosaica e em favor da proteção do povo. Carli achou também justificável afirmar a condenação dos judeus por Deus (SPAEMANN, 1965). Uma referência que apoiaria esta opinião seria Lucas 23:34 “Pai, perdoai-os porque eles não sabem o que fazem”.

7 Autor de livros como “A Franco-Maçonaria, poder oculto” (1932), “Os Judeus, Mestres do Mundo” (1932), “Israel, Destruidor de Estados” (1941) e “O Judaísmo e o Vaticano. Uma tentativa de subversão espiritual?” (1967, pós-Concílio).

## A VOTAÇÃO FINAL

Ainda sob a ameaça de forças “regressistas”, uma nova versão do esquema, intitulada *Declaratio de Ecclesiae habitudine ad religiones non-christianas*, foi apresentada e debatida em outubro de 1965. Em seu relato de 14 de outubro, o cardeal Bea salientou que não era objetivo do documento ser exaustivo em sua descrição das religiões e das diferenças delas em relação ao catolicismo. Era, sim, destacar os laços entre as pessoas e as religiões para eles pudessem funcionar como base para o diálogo e a colaboração mútuas. A parte relativa ao judaísmo foi cuidadosamente reelaborada para evitar injunções políticas que envolvessem o documento no explosivo momento do Oriente Médio.

As primeiras oito votações (de um total de dez) sobre diferentes pontos do esquema começaram no mesmo dia (14 de outubro) e foram concluídas no dia seguinte. Elas focavam nas intervenções feitas pelo secretariado a partir das indicações dos padres conciliares sobre a versão anterior e, também, sobre o esquema na íntegra.

Todas as passagens foram aprovadas por uma maioria significativa. O que se confirmou na décima votação, em que mais que 96% dos padres conciliares (2221, contra 88 votos negativos e 9 nulos) demonstraram sua concordância com o resultado do trabalho do grupo de trabalho (BRECHENMACHER, 2005, p. 266-268).

Abstraindo correções retóricas menores, o texto *Declaratio de Ecclesiae habitudine ad religiones Non-Christianas Nostra Aetate* foi promulgado pelo Papa Paulo VI em 28 de outubro de 1965.

## CONCLUSÃO

Neste artigo, buscamos historiar o processo redacional da “Declaração sobre as Relações da Igreja com as Religiões Não-Cristãs” *Nostra Aetate*, um documento breve, mas de grande importância em um contexto de modernização da Igreja. Ao identificar os protagonistas, as etapas e, especialmente, as forças (teológicas e políticas, internas e externas à Igreja) envolvidas em sua produção, pudemos destacar a complexidade envolvida em sua redação. Percebemos que estavam em debate, então, não apenas questões teológicas – como as da centralidade da verdade católico-cristã, a relativa ao status dos judeus na ordem salvífica ou na morte do messias cristão –, mas fatos históricos recentes, como os horrores da Shoah e, após 1947, o estabelecimento e afirmação do Estado de Israel.

Observamos, também, que a declaração, mais do que oferecer um “consenso católico” sobre questões cruciais – a relação da Igreja com os judeus, com os muçulmanos e com as demais religiões –, foi o resultado possível de uma ampla negociação,

e também de pressões significativas. Um documento que trouxe a prevalência de um ponto de vista – o da abertura e aproximação da Igreja em relação às outras religiões, com um olhar diferenciado e reparador para o judaísmo –, mas que não refletiu a vitória absoluta de um lado.

Um texto que, se por um lado ampliou o diálogo e o respeito da Igreja às demais religiões, por outro não dirimiu todas as tensões, mantendo um espaço para futuras discussões e eventuais mudanças no olhar da Igreja.

#### A HARD LETTER: TENSIONS, NEGOTIATIONS AND THE IMPACT OF THE HISTORICAL MOMENT ON THE WRITING OF THE NOSTRA AETATE

*Abstract: In this article, the authors set out to describe the writing process of the “Nostra Aetate” Declaration, a document resulting from the Second Vatican Council and which has great importance on the Church’s position towards other religions, specially towards Judaism. We identified the process of construction of the text, the negotiations, comings and goings, pressures, threats, and protagonists, such as the popes John XXII and Paul VI, Cardinal Augustin Bea and his team, a series of religious specialists, as well as politicians from the Middle East and Conservative Catholics who took a stand against the modifications within the text.*

**Keywords:** *Second Vatican Council, Ecumenism, Catholic Church-Jewish Relations, Middle East, Anti-Semitism.*

#### REFERÊNCIAS

BAUM, G. *The Jews and the Gospel*. Westminster, Md.: Newman, 1961.

BEOZZO, J. *Padres Conciliares Brasileiros no Concílio do Vaticano II: participação e prosopografia (1959-1965)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2001.

BORELLI, J., Vatican II: Preparing the Catholic Church for Dialogue Reflections Approaching the Fiftieth Anniversary of the Council In: NATIONAL WORKSHOP ON CHRISTIAN UNITY OKLAHOMA CITY, OK, April 17, 2012 Georgetown University. Disponível em: <http://nwcu.org/wp-content/uploads/2015/01/JohnBorelli-NWCU2012Keynote.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BORRMANS, M. Die Entstehung der Erklärung über das Verhältnis der Kirche zu den nichtchristlichen Religionen Nostra Aetate auf dem Zweiten

- Vatikanischen Konzil. In: VÖCKING, Hans (Hg.). *Nostra Aetate und die Muslime*. Eine Dokumentation. Freiburg: Herder, 2010.
- BRECHENMACHER, T. *Der Vatikan und die Juden: Geschichte einer unheiligen Beziehung*. München: Beck, 2005.
- CALDEIRA, R. *Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.
- CARTUS, F. *Vatican II & the Jews: commentary*, January 1965.
- CONNELLY, J. Catholic Racism and Its Opponents. *Journal of Modern History*, v. 79, n. 4, Dec. 2007.
- CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA Lumen Gentium - Sobre A Igreja, 21 de Novembro de 1964. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html). Acesso em: 04 jun. 2022.
- DECREE ON THE JEWS. Disponível em: <https://www.ccrj.us/dialogika-resources/documents-and-statements/roman-catholic/second-vatican-council/na-drafts/1961#ges:searchword=decree%2Bon%2Bjews&searchphrase=all&page=1>. Acesso em: 04 jun. 2022.
- DER GEGENSTOß VON MSGR. CARLI, Freiburger Rundbrief - Beiträge zur Förderung der Freundschaft zwischen dem Alten und dem Neuen Gottesvolk. *Geiste beider Testamente*, Jahrgang, v. XVI/XVII, n. 61/64, p. 31-37, Juli 1965.
- FRESACHER, B. A. *Ritualmordkult und Neuorientierung in Judenstein 1945-1995*. Innsbruck, Wien: Tyrolia-Verlag.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. A encíclica Pacem in Terris: 50 anos depois. *Revista IHU* [online], 10 abr. 2013. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/519175-a-enciclica-pacem-in-terris-era-aberta-ao-mundo>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- ISAAC, J. *Genèse de l'antisémitisme*. Paris: Calmann-Levy, 1956.
- ISAAC, J. *Jesús e Israel*. Paris: Albin Michel, 1948.
- JAHR DES GLAUBENS. *Kardinal König und das Konzila*, 27 set. 2012. Disponível em: <http://www.jahrdesglaubens.at/jdg/home/news/article/102265.html>. Acesso em: 04 jun. 2022.
- KAPLAN, E. *Spiritual Radical: Abraham Joshua Heschel in America, 1940-1972*. New Haven & London: Yale University Press, 2007.

KARDINAL FRANZ KÖNIG. Disponível em: <https://kardinalkoenig.at/home>. Acesso em: 04 jun. 2022.

KÖNIG, F. *Offen für Gott – offen für die Welt*. Kirche im Dialog. Freiburg i.Br: Herder, 2006.

MCKENNA, R., The Transformative Mission of the Church in the Thought of Gregory Baum, *Theological Studies*: 59, p. 608-635, 1998.

MENGOD, D. Shoah und Antisemitismus auf dem Zweiten Vatikanischen Konzil. Das Ringen um die Entstehung von Nostra Aetate §4 in Kontext von Politik, Geschichte und Theologie. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Universidade de Viena, 2011.

O'MALLEY, J. *What Happened at Vatican II*. Cambridge: Massachusetts & London, The Belknap Press of Harvard University, 2008.

PAPE, C. Pauluswerk. In: BENZ, Wolfgang (Hg.). *Handbuch des Antisemitismus*. Judenfeindschaft in Geschichte und Gegenwart, Band V: Organisationen, Institutionen, Bewegungen. 1ª ed. Berlin: DeGruyter, 2012.

PAULO VI. Carta Encíclica *Ecclesiam Suam*, 06 ago. 1964. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_06081964\\_ecclesiam.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html). Acesso em: 04 jun. 2022.

PAULO VI. Discurso na solene inauguração da 2ª Sessão do Concílio Vaticano II, 29 set. 1963. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19630929\\_concilio-vaticano-ii.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630929_concilio-vaticano-ii.html). Acesso em: 04 jun. 2022.

PONCINS, L. *Le Problème Juif Face au Concile*. London: Britons Publishing Company, 1965.

PONCINS, L. *Judaism and the Vatican: An attempt at Spiritual Subversion*. London: Britons Publishing Company, 1967.

POORTHUIS, M. Johannes Willebrands as a Theologian of the Jewish-Christian Dialogue. In: MEY, P. de; DENAUX, A. J. (Eds.). *The Ecumenical Legacy of Johannes Cardinal Willebrands*. Leuven: Peeters Publishers, 2012. p. 261-278.

POORTHUIS, M. The Theology of Nostra Aetate on Islam and Judaism, or: How converts introduced a new thought within the Vatican. In: GEEST, P. J. J.; REGOLI, R. (Eds.). *Suavis laborum memoria*. Scritti in onore di Marcel Chappin SJ per il suo 70º compleanno, Citta del Vaticano: Archivo Secreto Vaticano 2013, p. 317-336.

PORTO, H. *Os protocolos do Concílio Vaticano II: sobre os judeus* (V. 2). São Paulo: Diálogo, 1984.

RADANO, J. *Contributions to Vatican Ecumenism: The Critical Period, 1960-1978*. *U.S. Catholic Historian*, v. 28, n. 2, p. 19-38, 2010.

RIJK, C.; RAMSELAAR, A. Events and Persons. *Sidic Periodical*, n. 3, p. 11-15, 1968.

SIEBENROCK, R., Theologischer Kommentar zur Erklärung über die Haltung der Kirche zu den nichtchristlichen Religionen Nostra Aetate. *In: HÜNERMANN, Peter; HILBERATH, Bernd Jochen (Hg.). Herders Theologischer Kommentar zum Zweiten Vatikanischen Konzil, Bd. 3*. Freiburg: Herder, 2009. p. 591-693.

SOBRE JUDEUS E NÃO CRISTÃOS, esboço apresentado ao Concílio em setembro de 1964. Disponível em: <https://www.ccjr.us/dialogika-resources/documents-and-statements/roman-catholic/second-vatican-council/na-debate/draft1964sept#ges:searchword=1964&searchphrase=all&page=1> . Acesso em: 04 jun. 2022.

SPAEMANN, H., Msgr. Carli und die Juden - Eine Entgegnung, Freiburger Rundbrief - Beiträge zur Förderung der Freundschaft zwischen dem Alten und dem Neuen Gottesvolk. *Geiste beider Testamente*, Jahrgang, v. XVI/XVII, n. 61/64, Juli 1965.

USARSKI, F. *A construção do diálogo. O Concílio Vaticano II e as religiões*. São Paulo: Paulinas, 2018.

WICKS, J. Cardinal Bea's Unity Secretariat: Engine of Renewal and Reform at Vatican II. Disponível em: <https://www.luc.edu/media/lucedu/ccih/formsdocumentsandpdfs/LUChi-Sept20.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.